

TRABATTONI, Franco. *Oralità e scrittura in Platone*. Milano: Università degli Studi di Milano. 1999. 125 p.

O livro do Prof. Trabattoni faz uma crítica precisa e perspicaz mas, ao mesmo tempo, sóbria da posição que a conhecida escola de Tübingen-Milano adota com relação ao problema do valor da oralidade e da crítica à escrita em Platão. Trata-se de um livro direto, contundente e sólido nas suas argumentações, mas ao mesmo tempo capaz de acompanhar e deslindar, com respeito pelos autores envolvidos, equívocos sutis de interpretação dos textos.

A retomada desta postura interpretativa tem seu início no final dos anos 50, através de H. Krämer e K. Gaiser, estudiosos alemães da Universidade de Tübingen, e conhece um grande impulso, a partir dos anos 80, com os trabalhos de G. Reale, da Universidade Católica de Milano e de T. Szlezák, também de Tübingen.

Trabattoni começa relatando os dados básicos da transmissão do texto platônico e situando, neste contexto, a tradição indireta referente aos ensinamentos orais internos à Academia, que consiste principalmente em testemunhos presentes na *Metafísica* de Aristóteles.

O autor desdobra a hipótese geral, que identifica os ditos ensinamentos orais de Platão a certos conteúdos doutrinários relatados pelos testemunhos aristotélicos, em sub-hipóteses, ressaltando o caráter não necessário de certas associações, desfazendo associações apressadas e apontando o quanto de hipotético está presente em toda leitura, tal como, por exemplo, a associação que se faz entre a passagem *Física* 209B15 e as passagens da *Metafísica* referentes às doutrinas não escritas.

Trabattoni passa em revisão, de maneira sucinta mas correta, as hipóteses básicas que sustentam tal linha interpretativa, dentre as quais destacamos as seguintes: a identificação, nos diálogos, de auto-testemunhos favoráveis à interpretação esotérica; a identificação de passagens do *Fedro* e da *Carta VII* nas quais Platão faz críticas contundentes à escrita; a identificação de “passagens de omissão”, onde Sócrates é reticente com relação a certas questões “doutrinárias”, questões que poderiam ser “resolvidas” se remetidas à doutrina dos princípios, transmitida exclusivamente oralmente; o fato de que Platão teria preferência pela oralidade, em detrimento da escrita, seria explicado fundamentalmente por razões históricas e não filosóficas; a postulação de que os princípios últimos de seu pensamento estariam fora do texto escrito.

Nesse sentido, um dos pontos nevrálgicos desta posição, segundo o autor, é a crítica a Schleiermacher, feita pelos adeptos da Escola de Tübingen. No plano mais geral da história das interpretações de Platão, Krämer critica Schleiermacher por supervalorizar a escrita (influência luterana) e por deixar de lado a tradição oral (transmitida pela Igreja Católica). Ainda no plano geral, ele faz restrições também à influência de Schelling, em particular quanto à sua insistência sobre a inseparabilidade entre forma e conteúdo na arte. Estes fatores combinados teriam o efeito de oferecer uma alternativa à imagem esotérica e neo-platônica de Platão que predominara até então.

Para esboçar as linhas gerais da interpretação esotérica, tal como ela ressurgiu na segunda metade do séc. XX, Trabattoni retoma alguns momentos decisivos das leituras que são feitas do pensamento de Platão, começando por E. Zeller (1846), com seu retorno a Kant e com “sua aversão por toda interpretação esotérica de Platão” (p.16), seguido por L. Robin, com seu clássico “La théorie platonicienne des Idées et des Nombres d’après Aristote”(1908) (p.17). No seu rápido levantamento, o autor menciona Stenzel (1924), que aceita a escolha platônica pela oralidade, sem necessariamente aceitar a perspectiva esotérica, Heinrich Gomperz (1930) e, finalmente, H. Cherniss, também clássico, que, como é sabido, considera o testemunho de Aristóteles radicalmente não confiável. A partir dos anos 60, M. Isnardi Parente, na Itália, retoma a perspectiva de Cherniss.

Quanto à escola de Tübingen-Milano, em 1959, K. Gaiser escreve *Protreptik und Paränese bei Platon*, onde ele propõe, pela primeira vez, a posição segundo a qual os diálogos teriam um sentido sobretudo protréptico, apontando para um ensinamento mais elevado, não escrito. Ainda em 1959, H. Krämer publica *Arete bei Platon und Aristoteles. Zum Wesen der Geschichte der platonische Ontologie*, equacionando a ética platônica em termos da dita teoria dos princípios. Em 1982, G. Reale desenvolve uma série de estudos¹ traduzindo os trabalhos do grupo de Tübingen, elaborando uma versão própria das teses esotéricas e promovendo uma grande campanha de divulgação da nova leitura, através de impressionante empreendimento editorial (Vita e Pensiero). Vale ainda mencionar Th. Szlezak, em Tübingen (1991), e M. Migliori, na Itália (1990-1996).

Trabattoni destaca, entre outros pontos, o fato de a posição de Krämer pretender explicitamente ser historiográfica, sem nenhum

¹ Cf. *Per una nuova interpretazione di Platone*. 1984. Tradução de M. Perine (*Por uma nova interpretação de Platão*). São Paulo: Loyola, 1987.

envolvimento “a favor de uma teoria filosófica”. Busca então, justamente, identificar os compromissos teóricos implícitos à imagem de Platão veiculada por esta corrente, um “Platão fortemente dualista e metafísico, aliado natural do espiritualismo cristão”². Revê a leitura tradicional (implícita inclusive na crítica nietzscheana) de um Platão filósofo “do outro mundo” e do dualismo metafísico, que privilegia uma certa compreensão da teoria das Idéias. Aponta para a resistência dos esotéricos em aceitar um Platão inconclusivo ou mais marcado pela abertura dialética, sem uma doutrina fixa definitiva. Segundo o autor, pelo contrário, estes interpretes pensam a doutrina platônica como um *Ableitungssystem*, “um sistema no qual a realidade é rigorosamente deduzida a partir de seus primeiros princípios”³.

Em seguida, o autor repassa a utilização que é feita por G. Reale da *Teoria das revoluções científicas* de T. Khun, considerando a utilização de tal teoria inadequada para o caso das interpretações de Platão nos séculos XIX e XX (não comparáveis, obviamente, com a oposição entre os paradigmas geocêntrico e heliocêntrico em física) e sugerindo que ela tem sido utilizada, em claro excesso e desproporção, para justificar a dificuldade de comunicação entre as atuais posições interpretativas antagônicas.

A reconstrução das ditas “doutrinas não escritas” é feita sobretudo a partir de Aristóteles (*Metafísica* I, XIII e XIV), de seus discípulos e comentadores (Teofrasto, Aristoxeno, Alexandre de Afrodísia e Simplicio), dos fragmentos dos acadêmicos, e ainda de Sexto Empírico. Trabattoni ressalta as dificuldades de sistematização que o material dos testemunhos apresenta. Vale lembrar duas publicações importantes dos *Testimonia Platonica*: a de K. Gaiser, 1963⁴ e a de M. Isnardi Parente⁵, com diferenças não tanto em termos de escolha do material mas de valorização do mesmo. O autor parece adotar uma posição intermediária, recusando os extremos; tanto de Isnardi Parente, que acredita que os testemunhos estão em franca contradição com os diálogos ou a doutrina das Idéias, como os dos “esotéricos”, que acreditam poder neles encontrar o ponto de apoio para uma verdadeira “revolução copernicana” na historiografia platônica.

Trabattoni faz uma síntese rápida mas bastante justa desta reconstrução e destaca uma objeção mais importante com relação à formulação do

² TRABATTONI, 1999, p. 22-3.

³ *Idem*, 1999, p. 29.

⁴ Cf. A tradução francesa de Richard, Paris: CERF, 1986.

⁵ Cf. Mem. dell’ Accademia Nazionale dei Lincei, 1987-1998.

princípio da multiplicidade, a Díade indeterminada do grande e do pequeno, princípio do mal, acima do ser. Segundo ele, esta compreensão não é confirmada pelos diálogos e “parece ainda estar em contraste com a impositação geral da metafísica platônica”:

Se é verdade que um dos motivos gerais mais fortes da filosofia platônica é a coincidência entre aquilo que é primeiro do ponto de vista do ser e da causa e aquilo que é primeiro do ponto de vista do valor, seria plausível sustentar que Platão tivesse atribuído a classificação de primeiro princípio a um tipo de entidade negativa responsável pelo mal?⁶

O autor refaz a série de objeções, levantadas desde os antigos até os modernos, feitas à atribuição da posição de um tal princípio a Platão:

Se, com efeito, o segundo princípio é origem do mal e é ativo em todos os níveis, isto é, também na constituição das Idéias, como evitar a conclusão que também o mundo das Idéias é produzido, de algum modo, com o concurso do mal?⁷

Se Aristóteles é a fonte principal para o conhecimento das doutrinas não escritas de Platão, compreender a filosofia de Platão através de uma maior valorização das mesmas implica, necessariamente, em interpretá-la sob uma certa perspectiva aristotelizante, isto é, como estando perfeitamente na continuidade da *aitiologia* presocrática, tal como ela é formulada na *Metafísica*. Esta perspectiva não leva em conta, por exemplo, a ruptura que representam os sofistas (que, como sabemos, não constam do levantamento aristotélico da *Metafísica*) e Sócrates e a influência determinante que seu pensamento (reflexões sobre o conhecimento, o pensamento, a linguagem e a persuasão) e sua prática discursiva exerceram sobre o pensamento de Platão. Ademais, Aristóteles não diz, na *Metafísica*, que a filosofia de Platão se reduz à postulação de Idéias e princípios transcendentais, mas que esta é a sua resposta ao problema que ele, Aristóteles, enfrenta neste texto, isto é, buscar as causas primeiras. Naturalmente, a pesquisa ali desenvolvida é determinada pela natureza do problema posto. Construir a partir deste texto uma interpretação daquilo que é o mais importante na filosofia de Platão é, no mínimo, desconhecer o escopo dos propósitos do próprio Aristóteles nesta obra.

⁶ TRABATTONI, 1999, p.40.

⁷ *Idem*, 1999, p.41.

De um modo geral, o autor insiste nas diferentes inspirações que caracterizam as filosofias de Platão e Aristóteles. Diferentemente de Aristóteles, para Platão, nem todo homem aspira ao conhecimento; para ele, todo homem aspira à felicidade e o conhecimento é um meio importante que deve servir a este objetivo primeiro, não o próprio fim último, como em Aristóteles. Para Trabattoni, em Platão, o conhecimento humano permanece fundamentalmente algo impuro e imperfeito (só a alma desencarnada tem acesso às Idéias mesmas), o que o leva a desenvolver uma interpretação original do papel e do valor do discurso e da retórica no pensamento de Platão. Os diálogos respondem, sim, à exigência fundamental de mostrar a existência necessária de princípios que garantam um conhecimento que leve à felicidade, à medida que ela é possível à natureza humana. Mas, como todo discurso humano (oral ou escrito), eles são imperfeitos, limitados, estando necessariamente inseridos na confrontação política dos homens na cidade.

Finalmente, Trabattoni discute criticamente as passagens do *Fedro* e da *Carta VII* utilizadas para sustentar a posição esotérica, reinserindo-as no contexto maior de cada texto; uma atitude metodológica que poderia ser considerada óbvia, mas que, tal como é levada a cabo por Trabattoni, revela uma força argumentativa surpreendente, justamente por sua simplicidade e clareza. O autor chega mesmo a mostrar, às vezes, que o sentido de uma determinada passagem, reinserido no contexto maior do texto, na verdade, vai diretamente contra a tendência geral de interpretação da escola de Tübingen-Milano.

No *Fedro*, Trabattoni enfatiza a relação entre *éros* e *lógos* afim de destacar o papel da retórica na filosofia de Platão. *Philosophía* não é *sophía*, e o saber humano não pode prescindir de desejo e da persuasão para efetuar a promoção da virtude e da felicidade na cidade. Na *Carta VII*, tanto a crítica à escrita como a “digressão filosófica” são analisadas dentro do contexto específico da situação comunicativa concreta da carta, endereçada aos amigos e aliados de Díon, ressaltando a indignação de Platão face às prematuras pretensões filosóficas de Dionísio, o jovem.

Trata-se de um livro de extremo interesse para a pesquisa acadêmica brasileira em filosofia, uma vez que o debate no qual ele se lança ainda não mereceu a atenção de nossos pesquisadores. Temos, sim, a série de traduções das obras de G. Reale, feitas por Henrique C. L. Vaz e M. Perine nos últimos anos e publicadas pela Editora Loyola, introduzindo em nossa cultura acadêmica a leitura esotérica de Platão. A *História da Filosofia Antiga* de G. Reale é uma obra de extremo valor e veio preencher uma lacuna grave na bibliografia

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

filosófica em língua portuguesa. Reale é um pesquisador extremamente erudito e um tradutor de primeira linha. Seus cinco volumes são, a meu ver, leitura obrigatória para o estudante iniciante em filosofia antiga. O que nos falta são publicações que se contraponham a essa perspectiva interpretativa e que, pelo fato mesmo da contraposição que causariam, estimulem a leitura mais atenta dos textos em questão, a revisão de posições a-críticas, instaurando um debate que enriqueça nossas discussões e que nos permita tomadas de posição mais conscientes e bem informadas.

Marcelo Pimenta Marques
Universidade Federal de Minas Gerais